

ética, o compromisso de defender-lhe a dignidade ferida como também o espaço que lhe foi usurpado se viabiliza através de um ato que se revela eminentemente como desafio: a responsabilidade. Comprometer-se com o outro é sempre um desafio: uma vez que se é responsável por ele na tensão conflitiva e na tarefa recíproca de ser sujeito da história pessoal e coletiva.

### **O rosto marginalizado é interpelação ética**

Este apelo à responsabilidade, que o rosto exposto à margem provoca, vem questionar o entorpecimento moral pelo qual estamos envolvidos. Parece que estamos habituados a morar numa sociedade que gera pobres e assim vamos nos acostumando a olhar a miséria alheia, a passar por perto de crianças abandonadas, a defrontar-nos com ultrajantes situações de injustiça, a ver aumentar o número de favelados... Simplesmente nos acostumamos, mas isto quer-nos indicar que eticamente não somos interpelados pelo rosto inocultável do que clama por vida mais digna.

Na interpelação, a responsabilidade se efetiva como ato revolucionário, pois o que está em jogo numa sociedade piramidal é a transformação, através de uma práxis libertadora, das estruturas geradoras do empobrecimento.

### **NOTAS**

- (1) DUSSEL, E., *Para uma ética da libertação latino-americana III*, S. Paulo, Ed. Loyola, p. 121
- (2) LEVINAS, E., *Totalidade e Infinito*, Lisboa, Edições 70, p. 135
- (3) Id., *ibid.*, pp. 135-136
- (4) Id., *ibid.*, p. 138
- (5) DUSSEL, E., *Filosofia da Libertação*, S. Paulo, Ed. Loyola, p. 91
- (6) Id., *ibid.*, pp. 91-92
- (7) A etimologia grega *oikos* + *nomos* significa "lei da casa", administração do lar.
- (8) DUSSEL, E., *Para uma ética da libertação latino-americana III*, S. Paulo, Ed. Loyola, p. 121

*Endereço do autor:*

*Casa Paroquial São Francisco Xavier  
Rua Virgílio Várzea s/n - Saco Grande II  
88031-000 - Florianópolis, SC*

## **HABITAÇÃO: O DESAFIO DE UM DIREITO SOCIAL**

*Pe. Dr. Vilmar Vicente  
Prof. de Moral Social no ITESC e  
Prof. na UFSC*

A problemática habitacional em Santa Catarina tem uma conotação dramática! Bastaria evocar que os quase 5 milhões de catarinenses residem em pouco mais de 1 milhão de domicílios, dos quais 1/3 são incompatíveis do ponto de vista físico, médico-sanitário, infra-estrutural. Alega o Governo<sup>1</sup> que o déficit habitacional está em torno de 100 mil residências e que 35 mil habitações são inadequadas pela insalubridade e processo de favelização. Ora, não é preciso ser nenhum especialista no assunto para constatar o irrealismo deste ponto de vista. A realidade é muito mais grave, bastando observar o que ocorre ao longo de nossas estradas e nas periferias urbanas.

Além da questão física, a habitação é um espaço de relações familiares e de segurança social fundamental para o crescimento e educação das pessoas. Os reflexos das deficiências habitacionais são flagrantes no dilaceramento da estrutura familiar, sobretudo no relacionamento pais-filhos, nos índices de saúde, nas condições educacionais e por conseguinte na configuração ético-social. Compromete-se assim o quadro social cuja raiz mais profunda está na miséria econômica em que vivem os nossos pobres, sobretudo na periferia de nossas cidades.

O atual governo se propõe a construir 40 mil residências populares até 1994<sup>2</sup>. Em que pese a insuficiência da meta diante dos desafios da realidade, é preciso indagar algumas questões relativas à qualidade dessas habitações, a gestão democrática desses projetos, a participação dos segmentos da sociedade civil e dos interessados na administração desses recursos, a compatibilidade entre alocação habitacional e infra-estrutura local e sobretudo a inexistência de uma Política Urbana de Desenvolvimento. É bem verdade que se verifica nos últimos decênios

um esforço de integração dos recursos governamentais nos três níveis (municipal, estadual e federal), mas assim mesmo o volume de investimentos que o Brasil aloca ao setor habitacional é inexpressivo: 0,33% a 1% do Orçamento Federal e 0,06% a 0,75% do Orçamento Estadual foi a tendência das décadas de 70 e 80<sup>3</sup>.

### **A inconsistência de toda a Política Habitacional que está longe de atender a demanda do crescimento vegetativo**

Acresce ainda a inconsistência de toda a Política Habitacional que está longe de atender a demanda do crescimento vegetativo, o qual nas últimas décadas experimentou taxas de 4,5% ao ano e hoje ainda está às voltas com índices de 2,3%. O mesmo se diga da demanda da população favelada nas grandes e médias cidades, cujo crescimento oscila em até 30%, dependendo de regiões e situações conjunturais.

Iniciada tardiamente na década de 40, com a Fundação da Casa Popular, a Política Habitacional percorreu um longo trajeto burocrático-institucional, culminando com a criação do Banco Nacional de Habitação em 1964. É preciso considerar, todavia, que políticas setoriais não dão conta da complexidade social da realidade e não raro cumprem um papel de retroalimentação do status quo. Por isso a Política Habitacional tem-se constituído num instrumento de transferências de recursos públicos para a iniciativa privada (as grandes empreiteiras

sobretudo) e de um locus privilegiada de relação paternalista entre os donos e os servos do poder, convivendo lado a lado o fausto e a miséria social com base em relações ídeo-políticas viciadas.

Só assim podemos compreender a racionalidade mercadológica que orientou as Políticas Habitacionais transformando o solo urbano, os serviços infra-estruturais e a habitação em mercadorias privilegiadas, cujos princípios maiores têm sido:<sup>4</sup>

- a) A *lógica da especulação imobiliária*, que tem espoliado os melhores espaços urbanos por uma estratégia de supervalorização dos imóveis, num verdadeiro crime social, origem de favelas e cortiços à beira das cidades;
- b) A *lógica do privilégio*, que se volta para habitações de luxo e equipamentos de lazer, em áreas com excelente infra-estrutura, em oposição às casas populares situadas em periferias, com qualidade precária, sem infra-estrutura e equipamentos básicos, ou quando muito implantadas precariamente e tardiamente, sem citar as distâncias do transporte para o trabalho e o custo do mesmo na renda real do trabalhador;
- c) A *lógica do imobilismo*, que transforma a casa própria num bem de capital e não em bem de uso, constituindo-se num bem inacessível à grande parcela da população cuja estrutura de renda não permite o acesso aos sistemas financeiros, ou estes não correspondem às peculiaridades da clientela.

## **O sistema Habitacional é filho do capitalismo urbano-industrial**

Desta forma, o sistema Habitacional é filho do capitalismo urbano-industrial que reproduz a força de trabalho abundante, barata e concentrada na urbs como garantia de sua manutenção. Por isso a sua prioridade, voltada para a habitação popular, cedeu lugar aos anseios da burguesia, de modo que os investimentos alocados em até 82% em casas populares foram desviados para habitações de classe média alta, complexos condomínios habitacionais, sob a alegação de defesa do dinheiro do trabalhador, oriundo do FGTS, cuja remuneração mercadológica não estaria à altura das categorias empobrecidas. Privilegia-se a segurança financeira em detrimento da segurança habitacional fundamental para a família.

Trata-se literalmente do "dinheiro do pobre para fazer a casa do rico", em flagrante contradição com as finalidades do Bando Nacional de Habitação criado para financiar as habitações populares para os que percebessem até 5 salários mínimos. O que na realidade vem ocorrendo é que 80% da população, os mais pobres, vem capitalizando os 20% dos mais privilegiados, seja via financiamento de habitações de alto custo, seja via programas governamentais de infra-estrutura urbana valorizando a especulação imobiliária<sup>5</sup>.

Neste contexto, a recente postura do Estado preconizando a auto-construção alternativa de habitações reveste-se de uma flagrante retórica teórica e os programas alternativos, mesmo públicos, incidem numa fragilidade demagógica preocupante.

Na verdade, importa considerar alguns princípios que do ponto de vista ético-social podem orientar a ação eclesial nesta área tão complexa<sup>6</sup>:

- 1 O problema habitacional implica um direito fundamental da pessoa humana e do cidadão, e como tal não pode ser relegado às leis do mercado e à lógica da especulação imobiliária. Não é justo que alguns tenham acesso a residências de alto padrão de qualidade, enquanto outros vivem em cubículos e cortiços inadequados à vida humana.

- 2 A situação habitacional em nosso país, como de resto em nosso continente, é reflexo de toda a conjuntura econômico-social e política delineada pela matriz capitalista excludente dos pobres. A solução do problema habitacional requer transformações substanciais nas condições estruturais do modelo de sociedade, especialmente a alocação prioritária de recursos em programas sociais.

## **O problema habitacional implica um direito fundamental da pessoa humana e do cidadão**

- 3 Como ponto de partida, medidas urgentes se constituem estratégicas: a implementação de serviços de água, luz e esgoto sanitário não apenas nos centros urbanos e nos projetos imobiliários para a população de alta renda, mas sobretudo nas periferias urbanas e regiões suburbanas onde se situa a população de baixa renda que equivale a 75% da população.
- 4 O fato de que 2/3 da população dos países do 3º mundo, não têm acesso aos padrões convencionais de habitação popular, requer medidas governamentais propiciando projetos alternativos de construção habitacional de baixo custo e mecanismos de auto-construção, cooperativas populares, mutirões, projetos comunitários alternativos, programas empresariais subsidiados etc.

Naturalmente que medidas mais profundas no campo da habitação não serão implementadas espontaneamente pelos Governos, mais interessados em programas de desenvolvimento da infra-estrutura capitalista de produção (estradas, portos, meios de comunicação, novas tecnologias, subsídios ao parque produtivo), apoiados no discurso centenário de que os investimentos na economia redundam no aumento do volume de tributos para posteriores investimentos no campo social. Uma típica formulação desta nos é apresentada pelo Banco Mundial<sup>7</sup>: "Em um país subdesenvolvido, as necessidades acumuladas são tão grandes que, se o país se dedicar a construir casas, não se desenvolve, e se dedicar a desenvolver-se, não pode construir casas". É sempre a velha lógica liberal de deixar crescer o bolo para depois distribuir. Pena que a distribuição aguarda 500 anos e a riqueza gerada é continuamente transferida para as elites nacionais e internacionais. Não é por menos que no Brasil 5% da população, os mais ricos, possuem 38% da renda nacional em contraposição a 50%, os mais pobres, que possuem apenas 11% da renda nacional<sup>8</sup>.

A alternativa que se coloca para a superação do impasse é de ordem político-institucional: a conscientização dos pobres, sua mobilização e organização popular, através da política sindical, dos movimentos sociais organizados e dos organismos mais expressivos da sociedade civil, preocupados com as políticas sociais e os direitos sociais básicos, máxime a CNBB, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, as Federações dos Trabalhadores e outras.

## **A velha lógica liberal de deixar crescer o bolo para depois distribuir**

Como superar Políticas Sociais cuja tendência histórica tem sido a reprodução dos interesses do capital, a exploração da força de trabalho, a manutenção das desigualdades e a sustentação da ordem social vigente pela ação de um Estado que se assume neutro e árbitro, mas que na verdade se revela defensor intransigente dos interesses da classe hegemônica que o gerencia<sup>9</sup>? Somente

pela pressão da sociedade civil, por parte dos próprios cidadãos excluídos do seu direito mais fundamental: a habitação.

Cabe a nós, cristãos, seguidores do Senhor que veio morar entre nós e armar sua tenda no meio dos homens, assumirmos como Igreja nosso empenho máximo pela conscientização dos mais pobres em nossos projetos de Evangelização e de animação dos mesmos na luta por seus direitos sociais básicos. De que adianta falar em direitos ético-filosóficos do homem, polarizados pela idéia genérica de dignidade humana, se não houver convergência destes direitos universais do homem para os direitos sociais mais fundamentais como emprego, salário, saúde, educação, habitação etc?

Finalmente quer-me parecer muito pertinente a postulação de PRADILLA: "Preferimos, por um compromisso com a realidade histórica, formular o direito de toda família ao usufruto de uma habitação adequada às necessidades sociais, produzidas pelos meios técnicos de que dispõe a sociedade. Isto supõe, entretanto, a liberação das forças produtivas da barreira colocada pelas relações capitalistas de produção, ou seja, a transformação revolucionária da sociedade."

### **O problema habitacional não tem solução numa lógica de mercado**

Vale dizer que o problema habitacional não tem solução numa lógica de mercado, senão a partir de novas relações Estado/Economia e novos critérios dos investimentos públicos nos programas sociais.

## **MORADIA: UMA CONDIÇÃO PARA A CIDADANIA**

Pe. Vilson Groh  
Coordenador do CEDEP - Fpolis

### **1. O processo de urbanização segregador**

O grande desafio frente ao fenômeno da urbanização na América Latina é o resgate da cidadania. Desde o processo da industrialização, nossas cidades criaram modelos de segregação, onde os que produzem a riqueza da cidade não têm direito a usufruir da mesma.

"As cidades são a síntese da negação do direito à cidadania". Esta é uma das conclusões da Assembléia dos Povos do Sul, reunida no início de 1992, em Vitória, para a preparação do Fórum do Meio Ambiente.

Segundo Herbert de Souza: "A construção da ordem para garantir a vossa riqueza constitui o autoritarismo para perpetuar a nossa miséria".

As estatísticas da Organização das Nações Unidas indicam que, no ano 2025, mais da metade da população da terra (65,2%) estará morando nas cidades, a maioria nos cinturões de miséria. Em 1950, eram 28,9% do total. Na América Latina, a população urbana que era de 40,8% na década de 50, passará para 83,6% em 2025.

Hoje o quadro configura-se do seguinte forma: 85% da população do Uruguai, estão na cidade; na Argentina são 84%; no Chile são 85%. No Brasil este número cai para 73%; no Peru, para 68%; na Colômbia, para 67%. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas, em 1990 só três países tinham equilíbrio urbano rural: Bolívia, Equador e Paraguai, que contavam, respectivamente, com 51%, 56% e 47% de sua população vivendo

Tem aí a Igreja um espaço extraordinário de contribuição para o desafio habitacional, base para uma consistente pastoral da família.

### **NOTAS**

- (1) Plano SIM — Governo Wilson KLEINÜBING, 1990.
- (2) Ibidem
- (3) VICENTE, Vilmar A., "Política Social, Instrumento de Dominação", Dissertação de Mestrado na UFSC, 1983, p. 115-119
- (4) Id., *ibid.*, p. 125
- (5) Id., *ibid.*, p. 126
- (6) AZEVEDO, Sérgio, "A auto-construção como base de uma Política Habitacional: Alternativa ou Mito", UFMG, s/d
- (7) Banco Mundial, *Documento de Política Setorial, Vivienda*, Washington, 1975, p. 25
- (8) IBGE, 1980, *Distribuição da Renda segundo Extrato da População Economicamente Ativa*.
- (9) FALEIROS, Vicente P., "A Política Social no Estado Capitalista", Cortez, SP, 1980, p. 75-72
- (10) PRADILLA, E. C., "Auto-construção, Exploração da força de Trabalho e Política do Estado na América Latina". México, Centro de Estudios Económicos y Demográficos, 1970. p. 40

Endereço do Autor:  
ITESC - cx postal 5041  
88.040-970 - Florianópolis - SC

nas cidades. Dos 180 milhões de Sul-Americanos, 45% já vivem em grandes centros urbanos.

No Brasil, a população não parou de migrar desde que os portugueses desembarcaram aqui em 1500, e deram um "chega prá lá" nos índios. Nos anos 50, quando o país entrou na fase da industrialização acelerada, acontece o primeiro grande salto da urbanização. Em 10 anos, graças à expulsão do campo, a população urbana cresceu 68%, enquanto que a população total do país aumentou 35%, segundo dados da Revista Retrato do Brasil.

"São aproximadamente 120 milhões de pessoas vivendo e sobrevivendo nos núcleos urbanos e 35 milhões no campo. Os 543 municípios mais populosos representam apenas 12,1% dos municípios brasileiros, mas concentram 61,2% da população do país" (Cf. Dados do Instituto de Estudos Políticos do Rio de Janeiro).

Segundo o Instituto de Estudos Políticos do Rio, dirigido por Hélio Jaguaribe, um milhão e meio de camponeses emigram a cada ano para as grandes cidades. O motivo?

### **Nos anos 50 acontece o primeiro grande salto da urbanização**

No Brasil rural de 1980, 63% dos camponeses eram pobres; sete anos depois, o número de marginalizados no campo havia baixado para 54%, mas em compensação, a quantidade de camponeses emigrados para as áreas urbanas crescera de 37%